



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



**LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2015
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

CERTIFICO QUE

O Documento de Nº LC 09/2015

Foi publicado nesta data no mural desta,
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra - RS.

Em 15/12/15

Responsável: Município

**ALTERA E ACRESCENTA
DISPOSITIVOS NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

GILNEI MEDEIROS BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA/RS, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 01/2015, e o mesmo sanciona e promulga a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º – Altera a redação do TÍTULO VII – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES – CAPÍTULO ÚNICO – Das Disposições Gerais, Artigos 102 a 105 da Lei Complementar 02/2002, da seguinte forma:

“TÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Gerais

Art. 102 - As infrações as normas relativas aos tributos serão punidas com as seguintes penalidades:

Imposto Predial e Territorial Urbano

§ 1º - As infrações relativas aos tributos do cadastro imobiliário sujeitam o infrator as seguintes penalidades.

I - Infrações relativas à inscrição cadastral da respectiva área: aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos estabelecidos, a inscrição imobiliária da respectiva área, multa de:

a) 0,01 Valor de Referência Municipal - VRM por m2 nas unidades unifamiliares quando o titular possuir um único imóvel;





Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



b) 0,02 Valor de Referência Municipal - VRM por m2 nas demais.

II - Infrações relativas à ação fiscal: aos que se recusarem a exhibir documentos necessários a apuração de dados do imóvel, embarçarem a ação fiscal ou não atenderem as convocações efetuadas pela Administração e não promoverem alterações cadastrais relativas ao imóvel, multa de:

a) 0,6 Valor de Referência Municipal - VRM, nas unidades unifamiliares, quando o titular possuir um único imóvel;

b) 1,2 Valor de Referência Municipal - VRM nas demais.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

§ 2º - As infrações as normas relativas ao imposto sobre serviços sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

I - Quanto às infrações relativas a espetáculos de diversões públicas:

a) Multa de 3 VRM quando o contribuinte não solicitar prévia liberação por parte do poder público municipal de espetáculos de diversões públicas (shows e demais espetáculos).

b) Multa de 100% do valor do imposto a recolher, no caso de o contribuinte embarçar a ação fiscal, falsificar liberação de espetáculo ou sempre que se verificar fraude, dolo ou má-fé, no caso de prestação ou promoção de eventos de diversões públicas.

II - Quanto as infrações as normas relativas à inscrição, alteração de localização, alteração de razão social, alteração de quadro societário e encerramento de atividade:

a) Multa de 0,36 VRM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa física;

b) Multa de 1,2 VRM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa jurídica;

c) Multa de 0,36 VRM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, a alteração de atividade e o encerramento, quando se tratar de pessoa física;





Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



d) Multa de 1,2 VRM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, atividade ou razão social, alteração do quadro societário e o encerramento, quando se tratar de pessoa jurídica.

III - Quanto as Infrações relativas aos documentos fiscais:

a) Multa de 0,12 VRM por cada nota fiscal que o contribuinte, quando obrigado ao pagamento do imposto, adulterar, rasurar, deixar de emitir, ou o fizer com importância diversa do valor do serviço, ou inutilizar nota fiscal ou outro documento previsto em regulamento sem registro do motivo de cancelamento;

b) Multa de 1,8 Valor de Referência Municipal - VRM, quando os estabelecimentos gráficos realizarem serviços sem o devido credenciamento junto a Fazenda Municipal;

c) Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal - VRM para o sujeito passivo que não tenha solicitado a autorização quando os estabelecimentos gráficos estiverem localizados em outro município;

d) Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal - VRM, por lote impresso, aos que mandarem imprimir documento fiscal sem a correspondente autorização para impressão;

e) Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal - VRM, por lote impresso, aos que imprimirem, para si ou para terceiros, documentos fiscais sem a correspondente autorização para impressão ou deixarem de evidenciar, no rodapé, a identificação da autorização;

f) Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal - VRM, quando os estabelecimentos gráficos não mantiverem por 5 anos os registros próprios das notas fiscais de serviços ou documentos equivalentes que imprimirem;

g) Multa de 0,6 Valor de Referência Municipal - VRM, por documento fiscal, ao contribuinte que extraviar nota fiscal.

IV - O valor das multas previstas no inciso III e IV será reduzido em 50% nos casos de extravio ou inutilização dos livros e documentos fiscais, mas desde que comprovadas, documentalmente, pelo contribuinte, na forma e prazos regulamentares a perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratarem de documentos fiscais ou dos livros fiscais destinados a escrituração dos serviços prestados ou tomados de



T
E
R
R
A

D
A

P
R
O
S
P
E
R
I
D
A
D
E



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto.

V - Multa de 6 Valor de Referência Municipal -VRM às infrações relativas à ação fiscal, aos que se recusarem a exibir livros ou documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa, ou, ainda, omitirem ou destruírem documentos necessários à fixação de estimativa ou cálculo do imposto devido.

VII - Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal -VRM às infrações relativas as declarações, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos, ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazos regulamentares;

VIII - Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal -VRM quando o responsável por escrita fiscal ou contábil, no exercício de suas atividades, praticar atos que visem diminuir o montante do tributo ou induzir o contribuinte a prática de infração.

§ 3º - Será aplicada multa de 0,24 VRM (Unidade Fiscal Municipal) por mês de competência do imposto não recolhido, ao que deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto retido na fonte por solidariedade ou por substituição tributária.

§ 4º - Será aplicada multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e atualizado quando houver indícios de fraude ao fisco independentemente de outras penalidades administrativas cabíveis, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, cobrado juntamente com o principal da dívida.

Taxas do Exercício do Poder de Polícia

§ 5º - As infrações as normas relativas às Taxas do Exercício do Poder de Polícia sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

I - Multa de 1,2 Valor de Referência Municipal - VRM aos que não promoverem a inscrição e as alterações cadastrais ou respectivo cancelamento da inscrição.

II - Multa de 1,8 Valor de Referência Municipal - VRM aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida, na forma e prazos regulamentares.



T
E
R
R
A

D
A

P
R
O
S
P
E
R
I
D
A
D
E



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



III - Multa de 0,6 Valor de Referência Municipal - VRM aos que se recusarem a exibir a inscrição.

IV - Multa de 2,4 Valor de Referência Municipal - VRM aos que embarçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa.

V - Multa de 0,6 Valor de Referência Municipal - VRM aos que não mantiverem, em lugar visível do estabelecimento, documentos relativos à inscrição no Cadastro de Contribuintes e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, no caso do Alvará de Localização.

Relativo a Posturas Administrativas e Sanitárias

§ 6º - As infrações as normas relativas as posturas municipais e atos de postura sanitária, sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

- a) Nas infrações leves: multa de 0,72 VRMs;
- b) Nas infrações graves: multa de 1,44 VRMs;
- c) Nas infrações gravíssimas: multa de 2,88 VRMs.

Obras

§ 7º - As infrações as normas relativas às obras que forem executadas em desacordo com a licença e as Leis Municipais sobre obras, sujeitam os infratores as penalidades previstas na Lei Complementar Municipal 007/2013.

Geral

§ 8º - Multa de 1,2 Valor de Referência Municipal -VRM quando não cumprir a notificação preliminar de apresentação de documentos ao fisco municipal, não o fizer com todos os documentos solicitados e não justificar.

§ 9º - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

§ 10 - Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade anteriormente aplicada e assim sucessivamente a cada reincidência subsequente, quando se tratar de obrigação acessória.





Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra



§ 11 - Entende-se por reincidência, a repetição da mesma infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

§ 12 - O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art 103 - O pagamento do imposto ou da taxa é sempre devido, independentemente da pena aplicada.

Art. 104 - As multas previstas nesta Lei, quando tiverem por base o Valor de Referência Municipal - VRM, serão calculadas com base no valor da VRM vigente na data da emissão do Auto de Multa.

Art. 105 - Será aplicada multa, mediante notificação prévia, na importância igual a cem por cento (100%) sobre o valor do imposto devido e atualizado, ao que deixar de recolher total ou parcialmente o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) devido a título de substituição tributária ou solidariedade tributária.

§ 1º. A notificação estabelecerá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para regularização do contribuinte.

§ 2º. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a multa fiscal será aplicada automaticamente pela fiscalização municipal.

§ 3º. O recolhimento do imposto devido por substituição tributária ou solidariedade tributária pago espontaneamente, mesmo que fora do prazo, desobriga da penalidade prevista no caput deste artigo."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de 2016, respeitada as disposições da Emenda Constitucional 42/03.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Boa Vista do Incra, 10 de dezembro de 2015.


Gilnei Medeiros Barbosa
Prefeito Municipal



T
E
R
R
A

D
A

P
R
O
S
P
E
R
I
D
A
D
E